



EDUCAÇÃO DO CAMPO E A DISPUTA POR TERRITÓRIOS: ESTUDO DAS PRÁTICAS DA ESCOLA MADRE CRISTINA EM MIRASSOL D'OESTE - MT

Eloísa Aparecida Cerino Rosa Lima¹

Resumo

O Sistema Educacional Brasileiro é marcado por distintas nuances. Se por um lado há uma educação voltada para preparação de mão de obra, a fim de suprir as necessidades do processo de modernização e expansão das relações capitalistas no campo e na cidade, do outro, há uma proposta de educação emancipatória, que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras vinculados a vida e ao trabalho no campo - a Educação do Campo. Este trabalho tem como base a pesquisa dissertativa intitulada “Educação do Campo: rompendo cercas e disputando territórios - estudo das práticas do Assentamento Roseli Nunes e Escola Madre Cristina” que buscou investigar o projeto de educação desenvolvido pela escola do campo Madre Cristina e consequentemente pelo Assentamento Roseli Nunes, com o objetivo de compreender como a escola, ao mesmo tempo em que garante o acesso ao conhecimento, a ciência e a tecnologia, formando mão de obra para o mercado, também reafirma a identidade dos povos do campo, como sujeitos de seu próprio destino e o campo, como lugar privilegiado na produção de valores e culturas específicas. Trilhamos o caminho da pesquisa qualitativa que busca o comprometimento com o desenvolvimento humano, associando conhecimento, cultura, práticas sociais e identidade. Os dados da pesquisa de campo, realizada por levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas com educadores, educandos e famílias assentadas, nos permite afirmar que a Escola Madre Cristina é uma escola em movimento, *do* e *no* campo, que em suas práticas protagoniza a construção da Educação do Campo e de um novo projeto de vida para o campo e seus sujeitos.

Palavras-chave: Educação. Educação do Campo. Reforma Agrária.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo geral mostrar como a Educação do Campo, proposta de educação emancipatória, que se volta ao conjunto dos trabalhadoras e trabalhadores vinculados a vida e ao trabalho no campo, que articula a luta pela educação, vinculada a luta pela terra, pelo território, pela reforma agrária, pelo direito ao trabalho e a soberania alimentar, faz um contraponto direto ao modelo de Educação hegemônico no Brasil, que se volta para preparação de mão de obra a fim de suprir as necessidades do processo de modernização e expansão das relações capitalistas no campo e na cidade, educando para a submissão e alienação.

¹ Professora de Língua Portuguesa – Licenciada em Educação do Campo (UnB), Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP), Doutoranda em Estudos de Linguagem (UFMT).



Acreditamos que a educação emancipatória, possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, por meio do conhecimento, a produção de bens materiais necessários a vida humana, mas também os elementos necessários para pensar e compreender a sua realidade, e a partir disso, lutar para modificá-la. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender o papel da escola do campo na construção de um projeto de desenvolvimento para o campo, na perspectiva dos trabalhadores e não do capital. Para isso, elegemos como recorte analítico as experiências do Assentamento Roseli Nunes e da Escola Madre Cristina, localizados no Município de Mirassol D'oeste, Mesorregião Sudoeste do Estado do Mato Grosso, ambos frutos da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Nossos objetivos específicos foram: a) analisar aspectos ligados a história da Educação no Brasil e compreender a dualidade do Sistema Educacional Brasileiro; b) analisar, comparar e compreender o papel da escola do campo na construção do projeto de educação e de sociedade; c) analisar as influências que a corrente do Paradigma da Questão Agrária – PQA, tem no processo de construção de experiências de Educação do Campo; d) contribuir para afirmar a importância da Educação do Campo para a reprodução do modo de vida e da identidade territorial e de classe; e) conhecer quem são e o que pensam os sujeitos envolvidos no processo de construção da Educação do Campo e como a Escola Madre Cristina e consequentemente do Assentamento Roseli Nunes contribuem para o fortalecimento deste projeto de sociedade.

O processo metodológico se deu em três etapas. A primeira foi o levantamento, leitura e análise de bibliografias como livros, artigos, jornais, revistas, boletins, entre outros, que tratam dos temas principais que perpassam essa pesquisa. Na segunda etapa fizemos 03 trabalhos de campo: 02 na Escola Madre Cristina e 01 no Assentamento Roseli Nunes. Por meio da observação participante entrevistamos: a) 07 educadores e educadoras da escola, sendo 04 atuando diretamente em sala de aula e 03 não; b) 07 alunos e alunas; e 07 assentados e assentadas: 04 com filhos estudando na respectiva escola e 03 não. Utilizamos a metodologia das fontes orais com questionário semiestruturado.

A terceira etapa foi o tratamento dos dados coletados que teve como método a pesquisa qualitativa que busca o comprometimento com o desenvolvimento humano, associando conhecimento, cultura, práticas sociais e identidade (Galeffi, 2009);



seguido da produção do texto dissertativo organizado em três capítulos.

O primeiro aborda de maneira cronológica em primeiro momento, aspectos da consolidação do Sistema Educacional e sua dualidade, e em segundo momento o Sistema Educacional Brasileiro, em especial o Ensino Médio, como um espaço de disputa de hegemonia, em que as diferentes concepções estão presentes; o segundo capítulo aborda a Educação do Campo, conceito que se refere a um conjunto de práticas e políticas educacionais voltadas para atender às especificidades e necessidades das populações que vivem em áreas rurais. Essa abordagem reconhece a importância de considerar as particularidades do contexto rural, como a agricultura, a cultura local, as tradições e a relação com o meio ambiente, na elaboração de propostas educacionais. O objetivo é promover uma educação que seja significativa e relevante para os povos do campo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dessas regiões e para a valorização da identidade camponesa (Molina, 2004); o terceiro capítulo foi dividido em duas partes: a primeira aborda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, sua territorialização no Estado do Mato Grosso e sua relação com a escola; a segunda parte trata do levantamento e análise das experiências educacionais ligadas a educação do campo, tendo como foco a Escola Madre Cristina e o Assentamento Roseli Nunes.

Acreditamos na pertinência dessa pesquisa, que buscou analisar, comparar e compreender o papel da escola do campo na construção de um projeto de educação e de sociedade, protagonizado pelo campo, que contribui para o fortalecimento da identidade camponesa e enraizamento das famílias Sem Terra, numa perspectiva de totalidade.

Sistema Educacional Brasileiro e adequações à lógica capitalista

A história da educação é constituída de múltiplas influências, conhecimentos, transformações e metamorfoses, que no decorrer da evolução permitiram várias visões e ideais. Para Cambi (1999, p. 29), embora colocada sob diferentes óticas, “a história da educação é, hoje, um repositório de muitas histórias, dialeticamente interligadas e interagentes, reunidas pelo objeto complexo “educação”.

A lógica instituída pelo sistema capitalista de produção, tem historicamente e perversamente dado a educação, a responsabilidade de desenvolver novas práticas pedagógicas, de gestão e organização, com a finalidade de suprir a demanda de mão



de obra que o mercado necessita, com vista a uma proposta de educação e formação humana unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação e pelas relações burguesas.

Tratando sobre a origem da escola e o mundo do trabalho, Frigotto (2001), afirma que a divisão dos homens em classes, produz uma divisão também na educação que passa a ter duas modalidades distintas. A primeira voltada para as atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios lúdicos e militares, e a segunda, voltada para o processo de trabalho, perpetrando-se assim, a separação entre educação e trabalho.

Pode-se afirmar, portanto, que o Sistema Educacional Brasileiro, é resultado de uma série de enfrentamentos e mudanças ao longo da história da educação no Brasil, e tratando-se mais especificamente do ensino médio, este cumpre a função de preparar para a cidadania e para o mercado de trabalho, porém dentro da moderna estrutura capitalista, a grande maioria recebe apenas uma transferência de valores ideológicos visando à formação de mão de obra para o mercado de trabalho e a reprodução das relações e dos valores capitalistas.

Em contrapartida, historicamente, os defensores da escola pública de qualidade e crítica, inseridos nas mais diversas representações da sociedade civil, das instituições de pesquisa e das instituições de ensino, tem se organizado na luta por defender uma escola que de fato atenda às necessidades humanas de seus educandos, e não seja ambígua, apontando caminhos distintos para os jovens de acordo com sua classe social.

Com base nesta perspectiva, é que homens e mulheres vinculados a luta dos movimentos sociais do campo têm se organizado e lutado arduamente em busca da construção e manutenção de políticas públicas para o campo, entendido não somente como um lugar de produção agropecuária, mas sim, como lugar de vida e de saberes. A luta por uma educação diferenciada *no* e *do* campo, é uma luta muito maior, é uma luta por emancipação que não se limita aos muros da escola. Nessa perspectiva surge a Educação do Campo.

Educação do Campo: muito mais que educação, projeto de vida para o campo

O campo sempre foi visto pela maioria como um lugar marginalizado, atrasado e sem perspectivas de vida, principalmente a partir da década de 1960, quando o país



passou por um intenso processo de modernização do campo, através da chamada Revolução Verde. O homem do campo, ao longo do tempo foi sendo estereotipado como fraco e incapaz de se desenvolver social, cultural e economicamente e através da dicotomia moderno x atrasado, a população rural foi posta à parte.

Em relação a educação, como já afirmado, historicamente tem cumprido a tarefa de formar mão de obra barata para manter o atual modelo de desenvolvimento capitalista e no campo, essa situação se precariza ainda mais. Devido a função dada ao campo no atual contexto, e a situação geral da educação brasileira, existe uma tendência de marginalizar a educação e as escolas do meio rural, relegando-as ao abandono.

Portanto, a Educação do Campo, surge em consequência da situação social, política, cultural e econômica, a que o campo historicamente foi submetido. Aumento da pobreza, da exclusão e da degradação da qualidade de vida, além da barbárie provocada pelo avanço do modelo capitalista no campo, somado a ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para os camponeses, estão entre os elementos principais que fizeram surgir o debate e a concepção de que um outro projeto de desenvolvimento para o campo, bem como um novo projeto de educação era necessário e urgente.

Diante da necessidade de se construir uma escola que não seja somente no campo ou para o campo, mas sim do campo, vinculada as questões sociais inerentes a cultura e a luta do campo, movimentos sociais e demais entidades organizadas, assumiram a tarefa de lutar também por um novo projeto de educação, vinculado a luta pela terra, por trabalho, por cultura, por dignidade, entre outros, ou seja, vinculado ao um novo projeto de desenvolvimento para o campo.

A Educação do Campo, desde as suas primeiras manifestações, vem se configurando como um marco na conquista por direitos iguais e de respeito à diversidade dos povos do campo, questões que historicamente lhes foi negado. Lutar por condições dignas de vida no campo, significa lutar também por políticas públicas, tendo em vista que esta é a única maneira de se universalizar o acesso dos povos do campo a educação e a outros direitos básicos do ser humano (Caldart, 2002).

Ela se contrapõe a este modelo predominante de educação, propondo e defendendo uma educação que integra o saber prático e saber teórico com vistas à formação ampla do ser humano, e não uma educação reduzida a mero instrumento de

preparação para o trabalho, pois compreende o trabalho como atividade fundamental do ser humano, que permite a criação e a recriação de sua existência e em todas as dimensões humanas, que se situa na esfera da necessidade, mas também da liberdade. A Educação do Campo não nega a necessidade de se estar atento a projetos de desenvolvimento locais e regionais que possam devolver a dignidade para as famílias e as comunidades camponesas, mas que não se reduza as exigências capitalistas de produção.

A luta dos sem terra por terra e por escola: experiências do Assentamento Roseli Nunes e Escola Madre Cristina

A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST para garantir escolas aos Sem Terra foi empunhada quase que ao mesmo tempo em que se inicia a luta pela terra e pela reforma agrária neste movimento, pois sempre entendiam que ocupar a escola era tão necessário quanto ocupar a terra, tendo em vista que a educação é peça fundamental para a emancipação humana.

O assentamento Roseli Nunes é fruto das lutas do MST e composto por famílias oriundas de vários estados brasileiros e de várias etnias. Essa rica diversidade pode ser observada nas diferentes linguagens, danças, vestuário, religião e tantas outras tradições. Está cercado por grandes latifúndios do agronegócio, portanto é um território de constantes conflitualidades, mesmo assim, resiste e garante condições dignas de vida para as famílias assentadas.

Tratando-se da Educação, o assentamento é referência na Educação do Campo, pois a Escola Madre Cristina, forjada e erguida pelos próprios Sem Terra, além de garantir aos filhos e filhas dos assentados o acesso à educação básica dentro de seu próprio território, também se tornou espaço de referência fundamental para as articulações políticas e demais atividades que envolvem o assentamento e suas organizações. Neste sentido, ela cumpre em sua dinâmica o papel de escola do campo por fazer parte do processo formativo dos sujeitos que a constitui.

Tal afirmação pôde ser comprovada no decorrer da pesquisa que constatou, entre diversas iniciativas, as seguintes ações:

A) Projeto Político Pedagógico: A Escola Madre Cristina desde o seu PPP traz a história de sua origem, bem como do assentamento, contada detalhadamente. É importante ressaltar que o PPP define a identidade da escola e indica caminhos a



serem seguidos, portanto encontrar esta história contada com orgulho em um documento tão importante, mostra que esta escola não só está *no* campo, ela é *do* campo;

B) Curso Técnico em Agroecologia “Pé no Chão”: acreditando que um novo jeito de produzir é possível, o assentamento via Associação Regional dos Produtores Agroecológicos - ARPA e Escola Madre Cristina realizam diversas atividades de formação com o objetivo de discutir os modelos de produção postos para o campo, bem como disseminar práticas diferenciadas que possibilitam as famílias realizarem o seu próprio manejo no solo, fazer o controle biológico nas plantações, tratar os animais por meio de técnicas homeopáticas, entre outros. Entre essas iniciativas podemos citar o Curso Técnico em Agroecologia “Pé no Chão.” Esse curso tem por objetivo principal promover um processo de conscientização das famílias assentadas e acampadas, na perspectiva da cooperação agrícola e produção agroecológica, em detrimento ao modelo econômico hegemônico de agricultura desenvolvido pelo agronegócio;

C) Luta contra a mineração: como se não bastasse todo o enfrentamento do agronegócio sobre as famílias, o assentamento vem sofrendo uma ameaça de extinção devido a um projeto de mineração que empresas empreendedoras ameaçam implantar nesse território, tendo em vista que ele está situado em cima de uma mancha de calcário que perpassa o Município de Cáceres até a fronteira com a Bolívia, e isso o coloca em um enfrentamento direto com estas empresas interessadas nesse minério. Diante dessa nova ameaça a família têm se mobilizado junto a escola para dizer “Mineração, aqui não!” Nas entrevistas os assentados relataram que sempre estiveram ameaçados pelo modelo de produção do agronegócio e agora pela mineração, portanto estão se mobilizando junto a outros movimentos e organizações, Ongs e demais lutadores da Reforma Agrária por meio de reuniões, seminários, assembleias, denúncias públicas, entre outros, para continuar resistindo na terra e produzindo alimentos variados e saudáveis, cultura e educação, ou seja, dar continuidade ao projeto de vida construído nesse território;

D) Pedagogia da organização coletiva: garantida também no PPP, todos trabalham em coletividade através da divisão de tarefas distribuídas entre os setores: político pedagógico, setor da saúde, setor da infraestrutura, setor da mística, setor da secretaria, entre outros. Além disso, em cada sala de aula é indicado democraticamente um educando ou educanda que irá coordenar a sala e atuará junto



com o professor no sentido de garantir a disciplina, o respeito, a organização dos trabalhos, entre outros. A escola deixa claro através do PPP a importância que a organização coletiva tem, no sentido de garantir os objetivos e perspectivas da escola.

E) Metodologia e formas de avaliação: de acordo com o PPP, a Escola Madre Cristina para dar suporte a essa educação diferenciada, pensa sua metodologia de acordo com a realidade do campo sendo inovadora, criativa e contextualizada. Portanto o planejamento e a execução das aulas devem ser realizados de acordo com as orientações metodológicas gerais do MEC sem deixar de atender as necessidades específicas da escola e dos sujeitos que a compõe, portanto além das iniciativas mais tradicionais, os professores também organizem periodicamente estudos de caso, exposições orais individuais e coletivas, aulas práticas, pesquisas no campo, visitas técnicas, palestras, seminários e relatórios. A avaliação acontece de maneira contínua, levando em consideração o desenvolvimento e a participação dos educandos nas atividades propostas em sala e extraclasse.

Considerações Finais

A educação pensada e desenvolvida pelo Assentamento Roseli Nunes e Escola Madre Cristina, que vai muito além da sala de aula ou dos conteúdos programáticos, tem fortalecido a luta na região e mostrado que o agronegócio não é a totalidade, pois existem diversas formas de se produzir, garantindo alimentação saudável e qualidade de vida, respeitando a terra e tudo que nela habita. Nessa perspectiva, as famílias por meio da luta pela terra, tendo em vista que mesmo assentadas, tem que continuar lutando para resistir e não serem expulsas dela, têm enfrentado a lógica capitalista e defendido seu território, na perspectiva da recriação do campesinato.

As respostas alcançadas por essa pesquisa indicam que as ações e práticas desenvolvidos por esse assentamento e sua escola, orientados pelos princípios do MST e da Educação do Campo, mesmo com todos os empecilhos e desafios apresentados, têm contribuído diretamente para a resistência cultural e de identidade dessas famílias, pois os projetos formativos da escola contribuem para o desenvolvimento desse território, orientando para a produção de uma agricultura que garanta renda e ao mesmo tempo uma relação harmoniosa com a terra, princípios fundamentais da Agroecologia. Além disso, as práticas educacionais desenvolvidas pela escola e pelo assentamento buscam romper com a visão produtivista da



educação tradicional e integram o saber prático ao saber teórico, buscando a formação ampla do ser humano, a garantia e o fortalecimento desse território.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar. /jun. 2009.

CAMACHO, R. S. **O Agronegócio Latifundiário versus a Agricultura Camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato**. Artigo publicado no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-34.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Publicado em PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

JESUS, S. M. S. A.; MOLINA, M. C. (Org.) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 5.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.) **Educação do Campo**:

LIMA, E. A. C. R. **Territórios paradigmáticos: breve análise para a compreensão das propostas do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)**. São Paulo: Boletim DATALUTA n. 101 – Artigo do mês: maio de 2016. ISSN 2177-4463.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Madre Cristina. Mirassol D'Oeste, 2016.

TERRITÓRIO LIVRE. Assentamento Roseli Nunes, Mirassol D'Oeste. Mar. 2017.